



61

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0244358-3
APELANTE: Município de Petrolina
APELADO: Afonso Ricardo Rodrigues Ferraz
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. ADEQUAÇÃO DOS CÁLCULOS DA CONTADORIA JUDICIAL À SENTENÇA EXEQUENDA. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível contra sentença que consignou que “o valor apurado pelo Contador Judicial observou os parâmetros estabelecidos no título” e “ *julgou improcedentes os embargos à execução*” opostos pelo Município de Petrolina (Fazenda Pública). 2. O Município apelante insiste na alegação de que há excesso de execução e afirma que o Contador Judicial “*não efetuou os cálculos de acordo com o título executivo judicial, limitando-se apenas a atualizar os cálculos apresentados pelo ora apelado*”. 3. O cálculo que instruiu a petição inicial dos embargos à execução apenas indica os parâmetros utilizados na elaboração da conta, sem, contudo, expressar, através de memória de cálculos, a aplicação de tais parâmetros. 4. Verifica-se, por outro lado, que os cálculos elaborados pela Contadoria do Juízo, acolhidos pelo magistrado *a quo*, foram elaborados em conformidade com o comando sentencial executado, não apresentado qualquer inconsistência. 5. Isso porque, a ‘atualização do débito’ considerou o período de junho/2000 a agosto/2004; utilizou como base de cálculo o valor R\$ 68,10; e fez incidir, mensalmente, atualização monetária – de acordo com os fatores da Tabela de referência para a Justiça Estadual não expurgada – e juros. 6. Apelo improvido, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0244358-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0244358-3
APELANTE: Município de Petrolina
APELADO: Afonso Ricardo Rodrigues Ferraz
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina, que, em sede de Embargos à Execução (contra a Fazenda Pública), julgou improcedente a pretensão ali deduzida pelo Município de Petrolina.

Inconformado, o Município embargante apelou, alegando que *“o contador judicial não se ateve aos estritos limites do título executivo judicial”* e que há excesso na execução.

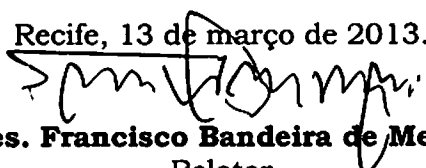
Com esses argumentos, pugna pelo provimento do apelo, com a reforma da sentença recorrida, *“julgando-se totalmente procedentes os embargos à execução, para que seja reduzida a execução do crédito principal, bem assim do honorários sucumbenciais, nos moldes do quanto exposto ao norte”*.

Em contra-razões (fls. 42/48), o apelado pede o improvimento do apelo, com a ratificação dos termos da sentença.

É, no essencial, o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 13 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0244358-3
APELANTE: Município de Petrolina
APELADO: Afonso Ricardo Rodrigues Ferraz
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Trata-se de apelação cível contra sentença que julgou improcedentes embargos à execução opostos pelo Município de Petrolina (Fazenda Pública) em face de execução de sentença promovida por Afonso Ricardo Rodrigues Ferraz.

A petição inicial da execução relata que a sentença exequênda *“condenou o Município de Petrolina ao pagamento de gratificação de periculosidade, no importe de R\$ 68,10 mensais, pelo período compreendido entre junho de 2000 a agosto de 2004 (51 meses), devidamente corrigido e com juros moratórios de 1% ao mês, a contar do requerimento administrativo (novembro/2004)”*.

A execução foi proposta pelo valor de R\$ 7.925,86 (sete mil novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos) e o Município se insurgiu contra a cobrança alegando excesso de execução – no montante de R\$ 885,30 (oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos) – e apontando, pois, como valor devido, a quantia de R\$ 7.040,56 (sete mil quarenta reais e cinquenta e seis centavos), ao argumento de que o exequênte *“utilizou em seu cálculo índice de correção monetária de aplicação indevida para a hipótese dos autos”* e, bem assim, de que *“não fez referência expressa acerca da natureza do índice de correção monetária de que se valeu”*.

O Município acostou aos embargos cálculos atualizados até dezembro de 2009.

O exequente/apelado, por seu turno, impugnou os embargos, aduzindo que os cálculos que subsidiaram a execução foram elaborados em conformidade com a sentença exequênda e, especificamente em relação à atualização monetária, afirmou ter utilizado a *“a tabela não expurgada indicada pelo TJPE”* e indicado o índice de atualização aplicado (1,2720553). Em razão disso, sustentou a incorrência de *“excesso de execução por força de cálculo incorreto”*.

Alegou, bem assim, que *“a forma de cálculo apresentada pelo Município é totalmente equivocada, pois ela é que faz uso de indexador indevido – UPC e tampouco indica o índice”*.

O magistrado *a quo*, então, encaminhou os autos à Cartório Distribuidor *“a fim de que sejam realizados os cálculos correspondentes à condenação de fls. 47/48, inclusive custas e honorários advocatícios, com a devida atualização”*.

A ‘atualização do débito’ (fls. 17/18) considerou o período de junho/2000 a agosto/2004; utilizou como base de cálculo o valor R\$ 68,10; fez incidir, mensalmente, atualização monetária – de acordo com os fatores da Tabela de



63
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

referência para a Justiça Estadual não expurgada – e juros, totalizando, em 1/10/2010, a quantia de R\$ 12.778,06 (doze mil setecentos e setenta e oito reais e seis centavos), sendo R\$ 1.666,70 (um mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) de honorários advocatícios e R\$ 140,71 (cento e quarenta reais e setenta e um centavos) de custas.

Em sucessivo, as partes foram intimadas para se pronunciarem sobre os cálculos.

O Município se manifestou às fls. 21/22, reafirmando excesso de execução e pedindo a redução do *quantum debeatur* para o valor apontado como devido nos embargos (R\$ 7.040,56 – sete mil quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

O exequente/embargado, por seu turno, postulou pelo acolhimento dos cálculos elaborados pelo Contador Judicial.

Em seguida, foi prolatada a sentença ora apelada, na qual o magistrado *a quo* consignou que “o valor apurado pelo Contador Judicial observou os parâmetros estabelecidos no título” e “*julgou improcedentes os embargos à execução*”, condenando o Município embargante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), em sede de embargos.

No presente apelo, o Município apelante insiste na alegação de que há excesso de execução e afirma que o Contador Judicial “*não efetuou os cálculos de acordo com o título executivo judicial, limitando-se apenas a atualizar os cálculos apresentados pelo ora apelado*”.

Pois bem. A meu sentir, a pretensão ora submetida a julgamento não merece prosperar.

Primeiramente, observo que o cálculo que instruiu a petição inicial dos embargos à execução apenas indica os parâmetros utilizados na elaboração da conta, sem, contudo, expressar, através de memória de cálculos, a aplicação de tais parâmetros.

A par disso, para fins de atualização monetária, foi utilizado como ‘indexador’ a ‘UPC’ (Unidade Padrão Capital), índice que, com efeito, conforme assinalado pelo embargado, não é o adequado para a hipótese.

Verifico, por outro lado, que os cálculos elaborados pela Contadoria do Juízo, acolhidos pelo magistrado *a quo*, foram elaborados em conformidade com o comando sentencial executado, não apresentado qualquer inconsistência.

Isso porque, conforme antedito, a ‘atualização do débito’ considerou o período de junho/2000 a agosto/2004; utilizou como base de cálculo o valor R\$ 68,10; e fez incidir, mensalmente, atualização monetária – de acordo com os fatores da Tabela de referência para a Justiça Estadual não expurgada – e juros.

MS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ante o exposto, **nego provimento** ao **apelo**, mantendo o comando sentencial que determinou o prosseguimento da execução pela quantia de R\$ 12.778,06 (doze mil setecentos e setenta e oito reais e seis centavos), sendo R\$ 1.666,70 (um mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) de honorários advocatícios e R\$ 140,71 (cento e quarenta reais e setenta e um centavos) de custas.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator